

Quais seriam as influências da Prova São Paulo no planejamento de ensino?: uma análise dos Planos Anuais na RME-SP

Rafaela Quintanilha Abrahão 1¹

Faculdade de Educação da USP 1
São Paulo, SP, Brasil.

rafaela.abrahao@usp.br

Ocimar Munhoz Alavarse 2²

Faculdade de Educação da USP 2
São Paulo, SP, Brasil.

ocimar@usp.br

Resumo

Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), a presença da Prova São Paulo — avaliação em larga escala — impõe desafios ao planejamento pedagógico que se somam àqueles relativos à avaliação da aprendizagem que, embora seja indissociável da prática docente, sua abordagem na formação de professores ainda apresenta lacunas. Esta pesquisa analisa possíveis influências da Prova São Paulo nos Planos Anuais de três escolas de Ensino Fundamental dessa Rede, com foco no Ciclo Interdisciplinar, entre 2022 e 2024. A análise documental de uma amostra de planos, contrastando-os com o Currículo da Cidade e com a Matriz de Referência da Prova São Paulo, revelou variações na seleção dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento (OAD) e indícios de articulação entre currículo e avaliação externa. Os resultados apontam que os planos expressam concepções sobre avaliação e respondem, de forma não padronizada, às orientações curriculares e avaliativas da Rede, contribuindo para o debate sobre o uso pedagógico das avaliações em larga escala.

Palavras-chave: Plano de Ensino; Ensino Fundamental; Currículo; Avaliação em larga escala; Avaliação da aprendizagem

¹ Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação da USP

² Professor Doutor na Faculdade de Educação da USP

1 Introdução

A avaliação da aprendizagem é prática intrínseca à ação docente, possibilitando identificar avanços e dificuldades dos alunos, bem como ajustes pedagógicos para melhores resultados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconhece essa prática ao atribuí-la aos professores (Art. 13) e ao estabelecer critérios de verificação do rendimento escolar (Art. 24). No entanto, observa-se que a formação docente, inicial e continuada, frequentemente não aborda a avaliação, dificultando sua articulação ao ensino, o que configura, segundo Alavarse (2013), um “paradoxo docente”. Nesse cenário, as avaliações em larga escala, como o Saeb e a Prova São Paulo podem fornecer subsídios ao planejamento educacional (Fernandes, 2019), ainda que também sejam alvo de críticas por seus limites e possíveis efeitos de estreitamento curricular.

Diante disso, este trabalho explora a relação entre avaliação e currículo nos Planos Anuais de três Emef da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), com foco no Ciclo Interdisciplinar e nos componentes curriculares de Ciências Naturais, Língua Portuguesa e Matemática, os mesmos da Prova São Paulo, destacando influências e desafios e visando responder à seguinte questão de pesquisa: “Há indícios de influência da Prova São Paulo nos Planos Anuais?”.

A metodologia abordada foi a Análise Documental, com os Planos Anuais como principal fonte, além de documentos curriculares oficiais e da Prova São Paulo, considerando, como destacam Parkes e Harris (2002), que planos de ensino devem ser tratados como registros documentais que expressam concepções, intenções e compromissos pedagógicos, e não como meros documentos administrativos. Esses planos são atravessados por pressões institucionais, concepções pedagógicas e resistências, podendo revelar importantes indícios sobre as práticas avaliativas e o planejamento docente.

Na busca de produções que relacionam avaliação em larga escala com o currículo, Jolandek et al. (2018) concluíram que há pouca produção sobre isso, o que justificaria este trabalho.

2 Metodologia

A pesquisa abarca três Emef, escolhidas pela variabilidade de resultados na Prova São Paulo, e neste trabalho é apresentado um tratamento inicial dos dados de

uma dessas Emef, mediante análise documental que, conforme delineado por Calado e Ferreira (2005), compreende duas etapas principais: a coleta e a análise de documentos. A coleta pressupõe uma seleção criteriosa dos materiais, baseada na pertinência temática e na relevância para os objetivos da investigação. Dada a grande quantidade de documentos envolvidos, foi necessário desenvolver um procedimento sistemático de seleção de trechos no tratamento analítico dos dados. Fundamentado em Calado e Ferreira (2005), Shiroma, Campos e Garcia (2005) e Cellard (2008), o trabalho concentrou-se nos Planos Anuais (2020 a 2024), Projeto Político-Pedagógico (PPP), Currículo da Cidade (CC) e Matrizes de Referência da Prova São Paulo, tendo como foco da análise os trechos dos planos anuais que abordam avaliação da aprendizagem e conteúdos curriculares, cotejando-os com o CC e a Matriz da Prova São Paulo.

Os trechos dos Planos Anuais foram analisados de duas maneiras: trechos explícitos com, por exemplo, tópicos nomeados como “Avaliação” ou “Referências” e trechos implícitos, dispersos no corpo do plano anual e que remetam à avaliação ou à escolha de conteúdos. Assim, os documentos foram transformados em unidades de análise, cujos conteúdos categorizados. Os dados foram organizados em relação aos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento (OAD) do CC e aos conteúdos da Matriz de Referência (MR) para identificar padrões na seleção dos professores.

3 Resultados

Para Ciências Naturais, a análise das seleções de OAD revela diferenças significativas entre turmas e anos escolares. No 4º ano de 2022, para a turma A há uma adesão quase integral aos OAD, enquanto que para a turma B houve seleções mais restritas. A frequência de determinados OAD permite inferir ausências totais por uma turma e que os mais selecionados também figuram na MR, sugerindo possível alinhamento com critérios avaliativos externos. Por outro lado, alguns OAD não constantes na MR também foram escolhidos, o que aponta para decisões docentes orientadas por outras prioridades ou necessidades pedagógicas.

No 5º ano de 2023, em Ciências Naturais, foram identificadas seleções parcialmente coincidentes entre as turmas. Houve OAD selecionados em múltiplos bimestres e outros escolhidos apenas uma vez, indicando pouca padronização nos critérios adotados. A recorrência de algumas habilidades comuns em ambas as

turmas, mesmo com diferenças pontuais, reforça a hipótese de escolhas baseadas na percepção individual de relevância pedagógica por parte dos professores, o que poderá ser mais bem compreendido nas entrevistas futuras.

No 6º ano de 2024, o cenário difere significativamente: um mesmo professor leciona Ciências Naturais para ambas as turmas A e B, o que resultou em seleções idênticas de OAD. Isso evidencia a forte influência da prática individual docente nas escolhas curriculares. Mesmo sendo especialista na área, esse professor selecionou um número limitado de OAD, o que sugere que a formação específica não garante, por si só, uma ampliação das abordagens, levantando hipóteses sobre desafios enfrentados na priorização das habilidades do componente.

Quanto ao componente de Matemática, em 2022, no 4º ano, a turma A selecionou todos os OAD, enquanto a turma B elegeu apenas 14. Houve coincidência parcial entre os objetivos selecionados e os presentes na MR, embora alguns OAD relevantes para o aprofundamento de determinados objetos de conhecimento não tenham sido escolhidos, como é o caso do EF04M18. Esse dado pode indicar limitações na progressão dos conteúdos e necessidade de investigar se a ausência decorre de questões como restrições de tempo, dificuldades na articulação curricular ou pouca clareza quanto à função dos OAD no processo de ensino.

No 5º ano, em 2023, foram observadas escolhas parcialmente semelhantes entre as turmas. Alguns OAD foram selecionados com alta frequência, mesmo sem correspondência com a MR. Também se verificou a ausência de seleção de OAD que constam na MR, o que pode comprometer o desenvolvimento de habilidades avaliadas em larga escala e que algumas habilidades da MR não foram localizadas no CC.

No 6º ano de 2024, assim como em Ciências Naturais, as seleções em Matemática foram idênticas nas duas turmas, novamente devido à atuação de um único professor para ambas. A maioria dos OAD mais frequentemente selecionados não está presente na MR, o que suscita reflexões sobre os critérios utilizados. De outro lado, diversos OAD da MR não foram selecionados, evidenciando um possível desalinhamento entre os conteúdos ensinados e os esperados nas avaliações externas. Além disso, constatou-se a ausência de algumas habilidades da MR no CC, como aquelas ligadas à álgebra, geometria e probabilidade, o que reforça a importância de estudos comparativos mais amplos entre documentos curriculares e matrizes avaliativas.

De maneira geral, os dados apontam para uma baixa frequência de seleção dos OAD, com exceção da turma A do 4º ano. Mesmo em turmas conduzidas por docentes especialistas, a limitação de objetivos levanta hipóteses sobre os desafios enfrentados na priorização e planejamento de ensino, o que pode ser aprofundados por meio de entrevistas e observações. As diferenças e convergências observadas entre turmas sugerem que as decisões curriculares são fortemente influenciadas por práticas e percepções individuais, mais do que por diretrizes padronizadas.

3.1 Discussão

A investigação realizada permitiu desvelar aspectos relevantes da prática docente no que se refere à seleção de objetivos de aprendizagem nos Planos Anuais. Mesmo com as dificuldades enfrentadas no acesso aos documentos, o estudo alcançou avanços significativos. A principal limitação inicial, a escassez ou desorganização dos registros no sistema informatizado, revela uma fragilidade estrutural nas políticas de gestão pedagógica e documental, que deveria assegurar a rastreabilidade das decisões curriculares no interior das escolas. Essa falha compromete o acompanhamento da oferta curricular ao longo do tempo e dificulta a análise de possíveis relações entre práticas pedagógicas e diretrizes avaliativas externas, como a Prova São Paulo.

A análise da amostra revelou padrões importantes: a baixa padronização na seleção dos OAD, mesmo entre turmas do mesmo ano e componente, evidencia a predominância de critérios individuais nas decisões docentes. Isso se manifesta tanto na seleção limitada de habilidades quanto na ausência de correlação sistemática com a Matriz de Referência da Prova São Paulo. A influência da avaliação externa, embora perceptível em alguns casos, não se mostrou consistente nem determinante. As discrepâncias entre documentos, como a não correspondência entre certos OAD e habilidades da MR, sugerem tensões entre os objetivos curriculares locais e os parâmetros avaliativos padronizados.

Quanto às menções explícitas e implícitas à avaliação da aprendizagem e a escolha de objetivos que não constam na MR, indicam uma valorização de aspectos que, embora não diretamente avaliados, são considerados centrais para o aprendizado dos estudantes. Ao mesmo tempo, a ausência de objetivos presentes na

MR, sobretudo em Matemática, pode apontar tanto questionamento da avaliação externa quanto dificuldades de articulação entre currículo e avaliação.

4 Conclusões e considerações finais

Há indícios de que a Prova São Paulo exerça alguma influência sobre os Planos Anuais, mas essa relação não é direta nem homogênea. A ausência de padronização nas seleções de OAD, aliada à escolha de habilidades que extrapolam os limites da Matriz de Referência, revela a complexidade do trabalho docente e a multiplicidade de fatores que orientam as decisões curriculares. Essas constatações apontam para a importância de valorizar a autonomia pedagógica, sem desconsiderar a necessidade de coerência entre os diversos documentos oficiais que regem o processo educativo.

O estudo abre caminhos para o aprofundamento de investigações futuras ampliando a amostra para se alcançar uma visão mais robusta sobre os sentidos atribuídos pelos docentes ao seu planejamento.

5 Referências

- ALAVARSE, O. M. Desafios da avaliação educacional: ensino e aprendizagem como objetos de avaliação para a igualdade de resultados. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 135-153, jun. 2013.
- BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. 1996.
- CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Lisboa: Universidade de Lisboa / Mestrado em Educação / Disciplina Metodologia da Investigação I: [Mimeo.], 2004.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316. [Original 1997]
- FERNANDES, D. Avaliações externas e aprendizagem dos alunos: uma reflexão crítica. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 25, p. 74-90, 2019.
- JOLANDEK, E. G. et al. Vertentes sobre avaliação em larga escala e política educacional: possíveis lacunas a se preencher. **Revista Valore**, Volta Redonda, n. 3, ed. especial, p. 390-402, 2018.
- PARKES, J.; HARRIS, M. B. The purposes of a syllabus. **College Teaching**, v. 50, n. 2, p. 55-61, 2002.
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.